

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 506 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

O DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e no parágrafo único do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao segundo quadrimestre de 2011, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. JOSUÉ DE OLIVEIRA
Presidente

ANEXO – Portaria n.º 506 - PRE
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	65.519	
Pessoal Ativo	60.315	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais despesas com Pessoal Ativo	60.315	
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.203	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	5.203	
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.495	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	8.582	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.913	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	52.024	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		52.024
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)		552.733.063
% da DESP. TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,009412
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) -	0,016198%	89.532
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) -	0,015388%	85.055

Fonte: SIAFI, SAC/COF/SAO/TRE-MS e COFIC/SOF/TSE.

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2: O valor da RCL é apurado e divulgado pelo STN, conforme Portaria STN n.º 647 de 19/09/2011 (DOU 20/09/2011).

ESTÊNIO PREZA DE MATTOS
Secretário de Administração e Orçamento

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

LETÂNIA FERRAZ DE BRITO COUTINHO
Diretora-Geral

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA
Presidente